

A CRISE ECONÔMICA MUNDIAL E SEUS EFEITOS SOBRE A ECONOMIA BRASILEIRA

*Luiz Filgueiras**

Os impactos da atual crise global – difundida a partir da crise dos mercados imobiliário e financeiro dos EUA – sobre a economia brasileira têm duas portas de entrada. A primeira é o mercado financeiro, através da livre mobilidade dos fluxos de capitais, com a compra e venda de ações, de títulos da dívida pública e de outros papéis.

Nesta porta, os impactos são imediatos e já se fizeram sentir: caiu a bolsa de valores, subiu o risco Brasil e desvalorizou-se o câmbio; em razão da venda de papéis brasileiros (ações, títulos públicos e outros papéis de empresas) pelos fundos de investimentos, com o objetivo de compensar as perdas nos mercados americano e europeu, bem como em busca de uma maior segurança nos títulos do governo dos EUA. Adicionalmente, a redução da liquidez nos mercados financeiros internacionais vem implicando em aumento do custo do (re)financiamento para as empresas brasileiras, além de diminuição do crédito na economia brasileira (para exportadores, agricultura, bancos menores e consumo) e, nem com toda a intervenção dos bancos centrais dos países desenvolvidos, principalmente o dos EUA, esses efeitos foram revertidos. O contágio entre todos os mercados financeiros, no âmbito setorial e global, com a transformação da crise financeira em crise econômica geral, é cada vez mais evidente.

Com o aprofundamento da crise global, especialmente na ausência de controle dos fluxos de capitais (que é o caso da economia brasileira), a fuga de capitais tende a se acentuar, em que pese a melhor situação atual do balanço de pagamentos do país: que permitiu, até agora, a redução da dívida externa e um acúmulo de reservas da ordem de US\$ 200 bilhões – o que implicou, até o ano passado, a redução conjuntural da vulnerabilidade externa do país. No entanto, a motivação dessa fuga não dependerá, principalmente, dos chamados “fundamentos da economia”: controle da inflação e trajetória da dívida pública, entre outros. A razão maior se situará, como das outras vezes, na própria dinâmica da especulação financeira, isto é, a crescente aversão ao risco levará à busca por maior segurança através da aquisição de títulos do governo americano.

Essa nova realidade tem levado a desmoralização do discurso liberal em todo o mundo (principalmente nos EUA), com o Estado aparecendo mais uma vez, como é comum nos momentos de crise do capitalismo, como o “salvador da pátria”. Mesmo assim, não há a menor segurança de que o pacote de US\$ 850 bilhões (6% do PIB dos EUA) para compra de ativos podres em mãos das instituições financeiras privadas, que foi recentemente aprovado com dificuldades pelo Congresso dos EUA, resolva a curto prazo a crise financeira e, muito menos, impeça sua difusão e aprofundamento para a esfera produtiva e os demais países do mundo. E isto se deve, sobretudo, à amplitude e profundidade da desregulação e liberalização dos mercados financeiros ocorridas nos últimos trinta anos, mas também ao atraso do Banco Central dos EUA em intervir mais prontamente e com instrumentos adequados – pois julgava, inicialmente, que a crise era de liquidez e não, como se evidencia agora, de solvência, isto é, sistêmica e com grande potencial de se espalhar rapidamente para todo o sistema financeiro e daí, para as atividades produtivas.

* Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia (FCE/UFBA) e membro do Núcleo de Estudos Conjunturais (NEC) dessa faculdade.

No Brasil, o agravamento da crise obrigou o governo a mudar o discurso da “blindagem” ou do “descolamento” da economia brasileira em relação aos EUA e forçou o Banco Central do Brasil a adotar as seguintes medidas: 1- leilões para venda de dólares (mas que não conseguiu, até aqui, reduzir a volatilidade do câmbio nem impedir a desvalorização do real) e 2- redução dos depósitos compulsórios (para impedir uma contração abrupta do crédito, que o mercado financeiro doméstico já vem apontando). Além disso, já se coloca em questão, no interior do próprio governo, o retorno da estratégia de elevação da taxa de juros, adotada pelo Banco Central para combater a inflação – num momento de clara tendência de desaceleração da atividade econômica, a política de juros altos reforçará mais ainda essa tendência. No entanto, essa não vai ser uma escolha trivial; numa economia sem controle dos fluxos de capitais, a elevação da taxa de juros também é utilizada com o objetivo de tentar impedir a fuga de capitais nos momentos de crise. Ademais, as restrições externas - com redução dos saldos da balança comercial e crescimento do déficit da conta de transações correntes - forçarão a redução do ritmo de atividade econômica. E aqui, encontra-se o outro caminho de entrada da crise na economia brasileira.

Essa segunda porta de entrada da crise é o comércio internacional, o que inevitavelmente ocorrerá em razão da recessão que já vem tomando conta dos EUA, Europa e Japão. Neste caso, os impactos no balanço de pagamentos serão de médio e longo prazos, através da queda da demanda e dos preços internacionais das *commodities* (agrícolas e industriais), que representam parte majoritária da pauta de exportações do país. A diversificação dos destinos das exportações brasileiras - ocorrida nos últimos anos em virtude do bom crescimento dos países da periferia do capitalismo – atenua, mas não resolve o problema. A crise tem caráter global; assim como o crescimento dos últimos anos da economia mundial foi alimentado pela dinâmica da economia dos EUA e da China, isto também vale (em sentido oposto) para esse novo momento, de reversão do ciclo econômico.

Desse modo, em ambos os casos, pelas portas financeira e comercial, a vulnerabilidade externa da economia brasileira voltará a se manifestar, com impactos sobre as trajetórias da inflação e da dívida pública; o que restringirá a capacidade de crescimento a partir do mercado interno, afetando o nível de emprego. A divulgação de estatísticas positivas sobre o desempenho (passado) da economia não resolve o problema.

Sem dúvida, todos os países serão atingidos pela crise global. Entretanto, o grau de “sofrimento” de cada um deles, no curto e longo prazos, dependerá de suas respectivas inserções internacionais (comercial e financeira) e de suas políticas econômicas. Aqueles com menores restrições ao movimento dos fluxos de capitais e dependentes de uma pauta de exportação calcada, sobretudo, em *commodities* e produtos industriais com baixa intensidade tecnológica, baixo valor agregado e com pouco dinamismo no comércio internacional, tenderão a sentir mais os efeitos da crise. E isto é mais verdadeiro ainda em virtude da pequena margem de autonomia da política econômica desses países – como é o caso do Brasil –, restando-lhes, em geral, a elevação das taxas de juros.

Até o presente momento, os efeitos imediatos da crise global sobre o Brasil ainda são relativamente pequenos. A taxa de crescimento da economia 2008 deverá ser afetada, por razão óbvia, pelo menor crescimento do último trimestre deste ano, mas o resultado final deverá apresentar um valor próximo dos últimos dois anos. Entretanto, dada a problemática inserção comercial-financeira do país, na economia internacional - com uma grande dependência das exportações de *commodities* e livre mobilidade dos fluxos financeiros -, a continuação e aprofundamento da crise financeira, transformado-se numa crise econômica mundial, comprometerão seriamente o crescimento no próximo ano. E isto será mais

verdadeiro ainda, se a resposta à crise for a manutenção da mesma política econômica implementada até agora, pois isto implicará, como é de praxe em seu receituário, a retomada do aumento da taxa de juros e o aumento do superávit fiscal primário, isto é, mais aperto fiscal e monetário.

A alternativa a essa política, é o controle dos fluxos de capitais, no curto prazo, e a re-configuração da pauta de exportações do país, no médio e longo prazo, em direção a produtos com maior intensidade tecnológica, maior valor agregado e com maior dinamismo no mercado internacional. Entretanto, a opção por esse outro tipo de política econômica em um momento de crise não é trivial. Ela implicaria, sem dúvida, em confronto com os interesses econômicos e políticos do capital financeiro, além de exigir uma ação consciente por parte do Estado – com a implementação de políticas industriais, comerciais e tecnológicas – cujos resultados não serão imediatos. Assim, como a crise não espera, e o credo liberal-financeiro ainda é muito forte entre nós, o país deverá ter sérias dificuldades a partir de agora, principalmente nos próximos dois anos.